



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12457 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM

Alan José Alcântara de Figueiredo - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Célia Tanajura Machado - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO PARAMIRIM**

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é atividade fundante na constituição do homem e da história humana, em toda parte e para toda a gente. De muitas maneiras, ele se torna um princípio educativo e, pelas mãos de outros homens, novos trabalhadores são formados e preparados para a sua luta diária. No sertão da Bahia, no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, historicamente, a formação para o trabalho se deu de diferentes maneiras. Assim, este estudo visa elaborar apontamentos sobre a formação para o trabalho no Território de Identidade da Bacia do Paramirim, desde a Primeira República até os dias atuais, com destaque para a importância do Centro Territorial de Educação Profissional e Tecnológica (Cetep) da Bacia do Paramirim.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental. para a produção dos dados, e cuja análise fundamentaram-se nas categorias teórico-metodológicas do Materialismo Histórico-Dialético, a saber: historicidade, contradição, mediação e totalidade.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho ocupa lugar de destaque entre as atividades características da espécie humana, pois é através dele que o homem transforma, aperfeiçoa e domina os elementos naturais para produzir e reproduzir a vida. Outros animais desempenham engenhosos trabalhos para garantir sua alimentação e habitação, entretanto somente o homem é capaz de planejar uma obra e avançar no aperfeiçoamento das técnicas por ele mesmo desenvolvidas. Sobre essa distinção, Marx (2013, p. 188) afirma: “No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente”. Frigotto (2001) e Ramos (2011) destacam duas dimensões do trabalho: a ontológica, que traduz o entendimento do trabalho como valor na construção do ser humano, e a dimensão trabalho/emprego que pode assumir formas diversas na produção de bens ou serviços. Frigotto (2001), esteado em Marx, afirma que o trabalho é um dever que precisa ser aprendido desde a infância, como também um direito, porque é por meio dele que cada ser humano garante a sua subsistência. É necessário, portanto, que por meio de processos educativos – escolares ou não –, a todos sejam garantidos o direito e o dever de aprender e poder produzir e reproduzir a existência com dignidade.

Santos (2006, p. 16) utiliza a palavra técnica como sinônimo de trabalho, pois atribui a ela “a principal forma de relação entre o homem e o meio.” A técnica, compreendida como qualquer ferramenta, máquina ou aparelho elétrico ou eletrônico utilizados em quaisquer domínios da atividade humana, está em contínuo desenvolvimento. Dessa forma é preciso formar as novas gerações para sua utilização, seu valor e a responsabilidade decorrente. O processo de formação para o trabalho, educação profissional, como atualmente utilizamos, deve caminhar ao lado dos avanços da técnica. Teixeira (2009, p. 48) assim compreende:

[...] se introduzo na sociedade um elemento novo para sua dinâmica, se graças ao conhecimento posso obter homens diferentes, capazes de produzir em condições diferentes [...] tenho que dotar a sociedade do aparelhamento necessário para reproduzir essa força nova de ação e de pensar.

A educação profissional escolar é, relativamente, recente. O trabalho artesanal era ensinado nas oficinas e, somente após aprovação pela respectiva corporação, o novo oficial recebia a autorização da Câmara para estabelecer-se. Em Lisboa, por quatro séculos e meio a “Casa dos Vinte e Quatro” exerceu controle rígido sobre o exercício dos ofícios mecânicos (REIS, 2005). A revolução industrial (século XVIII), entretanto, alterou a forma de produção de bens, mas o trabalho continuou a ser ensinado nas linhas de montagem das fábricas, mesmo que sem a liturgia dedicada às Corporações de Ofícios.

No Brasil, a primeira ação articulada pelo poder público para oferta de educação profissional escolar foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Desta ação, foram instaladas 19 unidades em diferentes estados da Federação (MANFREDI, 2003). Na Bahia, no final do século XIX, o governo estadual implantou na Cidade de Catu, pela Lei 75/1895 a Fazenda Modelo de Criação (OLIVEIRA, 2008). Em 02 de junho de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi instalada,

provisoriamente, no Edifício do Centro Operário da Bahia, "à rua 11 de junho, no distrito da Sé desta cidade do Salvador" (FONSECA, 1986),

No Território de Identidade da Bacia do Paramirim, formado pelos municípios de Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitipanga, Macaúbas, Paramirim e Rio do Pires, a técnica, como facilitadora e auxiliar do trabalho humano, manteve processo de desenvolvimento diferente do experimentado por outras regiões do estado e do país. Localizado em região central do estado da Bahia, cercada por duas altas cadeias de montanha, sem um rio perene e caudaloso, o Território não contou com nenhum ramo de estrada de ferro, dependendo a locomoção humana ou de mercadorias das duas mais antigas possibilidades: ou a pé ou em lombo de animais. No seco chão daquelas paragens, os filhos aprendiam com os pais as formas rústicas de plantar, de colher, de criar o gado e de produzir a farinha, a cachaça e a rapadura.

Dentre as formas de trabalho mais sofisticadas, conhecidas como "arte", destacavam-se a selaria e a formação de músicos para as filarmônicas. Uma senhora octogenária, cujo pai era seleiro, costumava contar às crianças do lugar que, no tempo do seu pai, o aprendiz ia ajudando em todas as etapas do trabalho e aprendendo na prática, chegando a morar na casa do mestre, sem tempo predeterminado para o aprendizado. Enquanto isso, a formação na arte da música, requeria técnicas mais elaboradas; os "mestres de música" utilizavam uma *artinha* manuscrita com conceitos e lições de solfejo, nos moldes daquela elaborada por Francisco Manuel da Silva (autor do Hino Nacional Brasileiro) para uso dos alunos do Conservatório Imperial (FIGUEIREDO, 2013).

No Território da Bacia do Paramirim, a primeira formação escolar para o trabalho foi oferecida pela Escola Normal de Macaúbas, implantada em 1962 (FIGUEIREDO, 2012). Com a profissionalização obrigatória no 2º Grau, determinada pela Lei 5.692/1971, todos os municípios do Território tiveram seu curso de Magistério. Rio do Pires contou com duas escolas: uma na sede municipal e outra na vila de Ibiajara (LIMA, 2019). Pioneira, Escola Normal de Macaúbas possibilitou a inserção no mundo do trabalho, em curto espaço de tempo após a formatura, a maioria dos formandos, permitindo a expansão escolar em todo o Território. Transformada em Colégio Estadual Aloysio Short (CEAS), em 1984, a escola passou a ofertar também o Curso Técnico em Contabilidade (FIGUEIREDO, 2013). Descontinuada pela Lei 7.044/1982, a oferta do ensino profissionalizante foi minimizada até restar, tão somente, a oferta do Curso de Magistério.

Na década de 1990, o neoliberalismo entrou com força total na política brasileira. O governo federal passou a cumprir as diretrizes do Banco Mundial em matéria de política educacional. Conforme Machado (2001, p. 108):

[...] as diretrizes recomendadas pelo Banco Mundial para a educação enfatizam, sobremaneira, a taxa de rentabilidade da educação, com base nas taxas de retorno regionais. Segundo o Banco Mundial (1995, p. 3), calcula-se a contribuição da educação por seus efeitos na produtividade. Tais efeitos podem ser medidos comparando a diferença de salários das pessoas com e sem um tipo determinado de educação, através do tempo, com o custo dessa educação para a economia social ou

individual (MACHADO, 2001, p. 108).

Nesse contexto, aprova-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/1996 – que dedica o terceiro capítulo do Título V à Educação Profissional, determinando que essa se organizasse integrando trabalho, ciência e cultura. Entretanto, o Decreto 2.208/1997 estabeleceu uma separação entre os ensinos médio e profissional.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência do Brasil em 2003, nova configuração foi atribuída à educação profissional de nível médio. O Decreto 5.124/2004 passou a permitir a integração da educação profissional ao ensino médio, desde que preservada a formação básica do educando (SOUSA, 2018). Na Bahia, também a eleição de um governador do PT em 2007 promoveu mudanças estruturais na gestão estadual, que se concretizou com a elaboração do primeiro PPA Participativo (PPA-P) do Estado, ainda no primeiro semestre de 2007, para orientar as ações do governo no quadriênio 2008 – 2011. Neste mesmo movimento, o estado também passa a utilizar a divisão geográfica por Territórios de Identidade (POMPONET, 2012). Essa divisão envolve aspectos multidimensionais com destaque para a noção de pertencimento. Mas o modelo não é estático, pois considera o território “antes de tudo, um produto cultural e patrimonial, e suas fronteiras seriam sempre remarcadas, de acordo com o deslocamento das forças inerentes aos indivíduos e aos grupos.” (BOMFIM, 2009, p. 20).

Durante as reuniões do PPA-P, a demanda pela educação profissional se fez presente, por apresentar potencial para desenvolver as diferentes regiões da Bahia a partir dos arranjos produtivos locais. Esse movimento levou à criação da Superintendência de Educação Profissional (Suprof) na Secretaria da Educação da Bahia, em janeiro de 2008.

Em Macaúbas, a Direção do CEAS, com o aval do Colegiado Escolar, solicitou junto ao PPA-P a abertura de turmas para cursos técnicos. Assim, em 2008, foram implantados os cursos técnicos de Meio Ambiente e de Vendas. Em dezembro do mesmo ano, o Decreto 11.335/2008 reestruturou a oferta de educação profissional na Bahia, instituindo os Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) e Centros Territoriais de Educação Profissional (Cetep). Ainda em 2009, 26 unidades escolares, nos 26 Territórios de Identidade então existentes, foram transformadas em Cetep. Assim, o CEAS passou a ser denominado Cetep da Bacia do Paramirim. Em 2009, a oferta de cursos ampliou-se, atraindo estudantes de vários municípios do Território, com destaque para Boquira, pela proximidade e pela facilidade de transporte coletivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da educação profissional na Bahia tornou-se uma realidade, tendo a rede se expandido significativamente nos últimos anos. Da proposta pedagógica forjada e

implementada entre 2008 e 2018, merecem destaque: a defesa do trabalho como princípio educativo e da pesquisa/intervenção social, como princípio pedagógico e a base da matriz curricular lastreada na relação trabalho-ciência-cultura. Do ponto de vista administrativo, assumiu-se o modelo de gestão democrático que se preocupou com a “formação de professores, gestores e técnicos e o respeito às culturas e vocações regionais e o atendimento às populações excluídas (BAHIA, [2008], p. 9).

O Cetep da Bacia do Paramirim também experimentou amplo crescimento até 2016, diversificando a oferta de cursos nas formas integrada e subsequente, e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), estendendo o atendimento às cidades de Boquira, Caturama, Ibitipanga, Paramirim e Rio do Pires. Preocupado com a formação para o trabalho a partir da apropriação das diferentes técnicas e tecnologias pelo trabalhador, o Cetep da Bacia do Paramirim se tornou um importante referencial para as populações dos diferentes municípios deste distante e carente Território do estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Plano de Educação Profissional da Bahia**. Salvador: SEC, [2008b].

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção Social do Território**: Em busca de um conceito didático em Geografia: a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. **A Educação em Macaúbas**. Caetité: Gráfica Globo, 2012.

FIGUEIREDO, Alan José Alcântara de. **Médio Profissionalizante**: oportunidade para o desenvolvimento regional. 49f. Monografia - Curso para Gestores dos Sistemas Estaduais de Ensino, do Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2013

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n.1, p. 71 – 87, jan./jun. 2001.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. 5 vols. Rio de Janeiro: SENAI1986

LIMA, Diógenes Cândido (Org.). **Colégio Estadual de Ibiajara**: memórias e trajetórias.

Ibiajara: Empresa Gráfica da Bahia, 2019.

MACHADO, C. T., O. Projeto Nordeste e a formação do professor: diretrizes da reforma educacional brasileira. **Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade**. Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I – o processo de produção do capital**. [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Marcelo. De Fazenda Modelo a IF Baiano: a trajetória do campus Catu. **O Blog de História do IF Baiano campus Catu**, Catu, 13 jun. 2008. Disponível em: <http://historia-ifbaiano.blogspot.com/2010/01/de-fazenda-modelo-ifbaiano-trajetoria.html>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

POMPONET, André Silva. **Plano Plurianual Participativo 2008 – 2011 na Bahia: uma análise**. 2012. 140f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

REIS, Lysie. Os “homens rudes e muito honrados dos mesteres”. **Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, I série vol. IV, p. 235 -259, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Heron Ferreira. A concepção estruturante de desenvolvimento na política de Educação Profissional e Tecnológica a partir do Governo Lula (2003 – 2010). In: MUTIM, Avelar Luiz Bastos; MACHADO, Célia Tanajura; SANTOS, Aline de Oliveira Costa. **Educação Profissional, Território e Sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.